Situação das prisões em Portugal

Se disser que a China ou o Irão são sociedades misóginas, elitistas e dissimuladas, o leitor dispor-se-á a reconhecer que os chineses matam as filhas e procuram mulheres nos países vizinhos, lembrar-se-á que o primeiro-ministro do Irão disse um dia não haver *gays* no seu país, que são ambos países dominados pela força sempre negada pelos seus dirigentes.

Se disser o mesmo de Portugal, da União Europeia ou dos EUA, o leitor sentirá perplexidade. Como na China e no Irão, a negação das características fundamentais das sociedades humanas é pedra de toque da civilização.

No quadro de comédia criado pelo *Daily Show*, um cowboy *gay* texano entrevistado por um comediante afirma não estar sujeito a qualquer discriminação. Para a evitar bastou-lhe casar com uma pessoa do outro sexo e ninguém mais o apoquentou.

Na cultura ocidental explica-se a diferença entre aquilo que assistimos e aquilo que é dito sobre aquilo a que assistimos como um problema de incompletude da modernização em progresso. Não somos misóginos: alguns de nós ainda somos misóginos mas só enquanto não o deixamos de ser. Não somos elitistas: alguns de nós ainda somos elitistas enquanto a igualdade não se realiza completamente. Não somos dissimulados: a maioria de nós acredita estar a trabalhar para realizar os nossos sonhos.

Na China e no Irão há maus tratos e tortura a valer. Em Portugal só esporadicamente se admite tal possibilidade. E a culpa será, com toda a probabilidade, do comportamento das vítimas (caem das escadas com a facilidade costumeira). Estes hábitos de dissimulação próprios da espécie humana permitem que o controlo da vida sexual dos presos por parte do estado passe completamente desapercebido. A privação da liberdade, diz a lei, não deve ser mais do que um condicionalismo da liberdade ambulatória. Mas, além de outras limitações impostas pelas prisões, a proibição de vida sexual consentida tem por contraponto a chamada homossexualidade pontual – práticas homossexuais por pessoas que fora da prisão não as fazem – e as violações. Tudo ocorrências de que ninguém fala, nem os responsáveis, nem os presos, nem o legislador (a não ser na forma de cedência de privilégio para visitas intimas algumas raras vezes por ano).

Falar de prisões é falar de um segredo social, para o que o leitor terá de saber ou aprender a ultrapassar a barreira de repugnância espontânea que emerge como sentimento de cada vez que se aborda o assunto. É como o pecado original: morder o fruto da árvore do conhecimento leva-nos directamente do paraíso da ignorância ao inferno da realidade.

As notícias falam de [greves de guardas](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3145241) que deixam os reclusos mais isolados das famílias e dos seus advogados, do [excesso de mortes](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3145241) por explicar, da mistura indiscriminada de [jovens com adultos](http://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-e-excepcao-ao-juntar-criancas-e-jovens-em-prisoes-de-adultos-1685272), das [grosseiras negligências de saúde](http://www.publico.pt/sociedade/noticia/recluso-em-cama-urinada-sem-comer-e-sem-assistencia-medica-mais-de-24-horas-1691917) e da irresponsabilidade oficial perante as denúncias de maus-tratos, falta de ocupação, fome, [tortura](http://www.publico.pt/sociedade/noticia/guardas-prisionais-condenados-por-disparos-com-taser-em-pacos-de-ferreira-1662843). Mas o maior problema das prisões é o silêncio oficial e da inteligência moral deste país sobre o assunto. A política de meter debaixo de tapete não só os problemas como as pessoas, milhares de pessoas. Na verdade reféns de problemas de todos nós que se prefere ignorar.

As prisões são outro mundo, diz-se. Dizendo a verdade para dissimular verdades mais profundas. É verdade que o inferno provocado pela clausura penitenciária recria um mundo de terror punitivo, em que a lei não medra, nem como [sugestão](http://home.iscte-iul.pt/~apad/PrisoesEuropa/). Porém, basta ler os comentários deixados em qualquer notícia sobre prisões para verificar como, anonimamente, por lá deixam os registos da sede de vingança os representantes dos nossos desejos sociais mais perversos. Somos omissos na nossa responsabilidade moral e anónimos na explicação dessa irresponsabilidade, que preferimos esconder de nós próprios.

Não vale a pena pedir ao leitor e ao público que tomem atenção ao tema. Da morbidade das histórias de prisão só raros artistas, como [Dostoievksi](http://pt.wikipedia.org/wiki/Recorda%C3%A7%C3%B5es_da_Casa_dos_Mortos) ou [Primo Levi](http://pt.wikipedia.org/wiki/Primo_Levi), conseguem extrair com elegância a natureza humana. A generalidade, incluindo [Soljenitsin](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_Soljen%C3%ADtsin) (não por acaso famoso no ocidente – por ter denunciado as violências nas prisões soviéticas – mas ignorado no seu próprio país) escreve com rudeza sobre práticas ainda mais rudes, obtendo efeitos de repugnância. Repugnância projectada no ocidente na Rússia. Repugnância projectada na Rússia contra o autor.

Os investigadores sociais da área prisional competem em descobrir nos seus países as práticas mais revoltantes, como se fossem estrangeiros. E quando lhes é pedido que avaliem comparativamente os modos de vida desta ou aquela prisão, por um lado têm uma resposta célere (é melhor uma prisão conduzida por gente menos embrutecida, aplicando regimes de menor isolamento) e por outro lado questionam-se sobre os critérios racionais que podem presidir à escolha de uma tortura em vez de outra, quando na verdade tudo depende da capacidade de resistência das vítimas: umas ficam marcadas para sempre pelos terrores de um momento, eventualmente vividos numa prisão aberta; outras, mais raras, saem da prisão para salvar o mundo, como Mandela ou Xanana Gusmão.

O mais espantoso daquilo que se passa nas prisões é, insisto, o silêncio. Não apenas o silêncio oficial de quem jura a pés juntos haver respeito pelos direitos humanos – repugnante mentira imposta pelo compromisso dissimulatório – mas também o silêncio dos ex-presos, dos ex-guardas, dos ex-funcionários, dos ex-médicos, dos políticos. É perfeitamente possível – é até uma regra – que quem viva o inferno não se disponha a contar o que viu. (Primo Levi referia-se a um sonho generalizado entre os detidos nos campos de concentração nazis: chegavam a casa para contar o que lhes tinha sucedido e ninguém lhes dava ouvidos). Nós próprios, é da nossa natureza, para tomar atenção ao sofrimento alheio sofremos com ele. Por isso, para não sofrermos, imaginamos imaginário o sofrimento alheio. Transformamo-lo em realidades virtuais, como nos filmes. Permitindo a perpetuação das misérias e das funções perversas do encarceramento. Servindo interesses que não são os interesses comuns (Dores & Preto, 2013).

[Philip Zimbardo](http://www.lucifereffect.com/) (2007) conta uma história de quando dirigiu, nos anos 70, a [experiência de Stanford](http://www.prisonexp.org/portugues). Queria demonstrar a necessidade de abolir as prisões. Ao fim de 10 dias, quando houve necessidade de deixar sair voluntários que abandonaram a experiência por problemas de saúde mental, a sua namorada perguntou-lhe porque sacrificava a saúde dos voluntários em vez de acabar com a experiência. Muitos anos depois, Zimbardo percebeu que nem ele tinha ficado imune ao efeito do Diabo, como chamou àquilo. Tinha-se transformado num director de cadeia sem disso se dar conta, convencido de estar a cumprir um protocolo científico.

Todos somos directores de cadeia quando aceitamos a ideia segundo a qual fazer justiça é castigar. Como me disse um dia um activista do Movimento Sem Terra, torturado e a viver na clandestinidade, nas vésperas de Lula da Silva se tornar presidente do Brasil, “onde nós meteremos os que agora nos perseguem” se não usarmos as cadeias? Ele próprio sonhava, um dia, em ser director de uma cadeia.

A vingança não é apenas um sentimento de almas perdidas. Ao contrário: é um sentimento envergonhado, sim, mas socializado em segredo. Infligido como um alívio contra os bodes expiatórios mais à mão. (No Brasil nos últimos 20 anos a população prisional aumentou 400% e é hoje a terceira maior do mundo. Mas os torturadores do nosso activista não estão na cadeia). No caso português, estão sobretudo os jovens e crianças abandonadas pelas famílias e cujo destino pode ser hoje antecipado: os técnicos sociais que acompanham os jovens em risco sabem que amanhã estarão nas cadeias, onde aprenderão a liberdade que nunca tiveram. Não é por acaso que os presos são tantas vezes tratados como crianças: todos já o foram e a esmagadora maioria não beneficiou de um mínimo de amor sem o qual qualquer ser humano perde a humanidade. Miseravelmente, a direcção do sistema prisional português insistia (não sei se continua a insistir) para arrepio moral dos funcionários internacionais que visitavam as prisões portuguesas, que os guardas prisionais eram também e sobretudo pais dos presos – isto para justificar, por um lado, a ausência de sistema de reinserção social e de psicologia a funcionar e, por outro lado, a promiscuidade entre os guardas e a vida pessoal dos presos e das suas famílias.

Se eu fosse um artista, representava esta guarda prisional apresentada pelas suas chefias, como clones do *sinhozinho Malta* de uma telenovela brasileira, que saia de cena dizendo repetidamente: “Vou ter com as minha viúvas e os meus órfãos!” Os maus tratos às visitas, chegando a acusações de abusos sexuais nas revistas e castigos aplicados aos reclusos contra reclamações das suas visitas, são a extensão do uso das prostitutas como matéria-prima para encher as prisões, como acontecia nos anos 80. Efectivamente, o abandono das famílias dos reclusos – no Brasil o estado paga pensões para evitar castigar quem não foi condenado – reflete-se no facto de metade dos actuais reclusos ter pais que estiveram presos. E as suas famílias serem parte do largo contingente de pobres em Portugal.

A sociologia há muito tempo que descobriu esta simples realidade, que todos confirmaremos facilmente: as prisões são pensadas para os seus utentes, pessoas das classes mais baixas da sociedade. Nos anos 80, nas prisões femininas estavam cheias de prostitutas, alvos de assédio policial. Hoje são sobretudo *mulas* do tráfico de drogas ilícitas.

Quem são os criminosos que permitem que as condições sociais que promovem a criminalidade perdurem e [permaneçam](http://www.cmjornal.xl.pt/opiniao/colunistas/francisco_moita_flores/detalhe/mete-medo.html). Quatro em cinco presos foram crianças e jovens em risco a quem o estado e a sociedade se limitou a sinalizar, curvando-os com castigos em instituições de acolhimento miseráveis e toleradas.

Em vez de estudar os ambientes que impossibilitam os mais fragilizados de escaparem aos mundos do crime, para prevenir o crime, preferimos descarregar a nossa ignorância da nossa cultivada perversidade social e institucional contra quem não se sabe nem pode defender. Que ninguém se preocupara em defender. Nem o sistema de justiça.

Excepcionalmente, como no caso de Sócrates, as práticas humilhantes, ilegítimas e desumanas tornam-se públicas, para gáudio dos seus adversários (que sentem a volúpia da vingança) e desorientação dos seus amigos – e do próprio, imagino. Na sua tese sobre a tortura, Sócrates escreve três partes: uma sobre a imoralidade da tortura; outra sobre a ineficácia da tortura como técnica de *intelligence*; a terceira sobre a imunidade política que imaginava existir em Portugal a respeito da tortura. Pergunto-me se já concluiu que se enganou ao escrever esta terceira parte. Olhemos para [Espanha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_Soljen%C3%ADtsin) e verifiquemos como o [terror](http://www.hologramasporlalibertad.org/#home) de Estado está a ser outra vez [organizado](http://www.opovo.com.br/app/opovo/mundo/2015/03/27/noticiasjornalmundo%2C3413621/lei-da-mordaca-e-aprovada-sob-criticas-de-ongs.shtml). Muito pouco se saibe do que se passa nos diferentes países da União. No caso das prisões, a comunicação social desconhece o que se passa na Europa (por exemplo, na Grécia onde há revoltas ou em Itália onde o estado mudou de políticas forçado pela ONU), como desconhece o que se passa em Portugal.

A recente prisão de um ex-primeiro-ministro abriu uma luta política. De um lado os que receiam uma república de juízes, como em Itália em luta contra as mafias, e parecem preferir a situação como está. Do outro lado os que entendem haver sinais de uma transformação do funcionamento do Ministério Público na defesa dos interesses do estado, contra a corrupção, ainda que seja à custa da incriminação de pessoas da elite política na oposição.

Discute-se o que seja a separação de poderes entre o político e o judicial. Se há uma partidarização da justiça ou políticas de condicionamento da acção do poder judicial. É recorrentemente lembrado o caso da compra de submarinos, o envolvimento do vice-primeiro-ministro em funções, a corrupção conhecida e sancionada por tribunais alemães mas que foi arquivado por falta de provas em Portugal. E pergunta-se se se está à espera que saia de funções para ser acusado.

A ignorância dos agentes políticos e do legislador sobre direito penal e sobre sistema de execução de penas é queixa recorrente, formulada por alguns políticos. Igualmente alguns magistrados se queixam da ignorância dos seus pares sobre o estado das prisões. Na prática, o sistema de execução de penas é tratado como um espaço estigmatizado, no seu todo. As consequências desresponsabilizantes das concepções dominantes de separação entre a política e a justiça é aqui particularmente evidente. O desinteresse político (a coberto do efeito estigmatizante das condenações) deixa os serviços prisionais entregues a si próprios – é aí, no campo administrativo que se passam as lutas políticas para desenhar reformas do sistema. São eles que procuram fazer lóbi para produzir reformas penitenciárias, como fica manifesto na última reforma, aprovada em 2007, ao ler as recomendações da [Comissão Freitas do Amaral](http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/legislacao-avulsa/comissao-de-estudo-e/downloadFile/attachedFile_1_f0/Lei_sistema_prisional.pdf?nocache=1205856345.98). Os funcionários adoptam, por isso, uma postura autárcica de defesa corporativa contra intromissões exteriores aos poderes prisionais (inclusive do legislador, a quem fazem fintas, manipulando administrativamente os prisioneiros – por exemplo, no caso dos castigos, ou das entidades de monitorização) e de intimidação contra quaisquer intervenções independentes, como as de associações cívicas. O caso, nos anos 90, da demissão de um director-geral ameaçado de morte por pretender “acabar com as mafias que dominavam os serviços prisionais” é sinal evidente da autonomia de poderes fácticos, que mantém sob controlo o sistema de execução de penas. Não há cadeia de comando a funcionar.

Sabendo a repugnância da opinião pública ao assunto, o ministério não sabe nem quer saber o que se passa na direcção--geral, esta não sabe nem quer saber do que se passa nas cadeias, as direcções não sabem o que se passa nas alas e todos são irresponsáveis, tanto quanto podem, das barbaridades que todos procuram encobrir. Mesmo quando saem cá para fora.

Os argumentos judiciais penais esgrimem-se publicamente entre a) a crónica violação do segredo de justiça, nomeadamente através de canais judicialmente bem informados e os jornalistas; b) o uso da prisão preventiva para criar condições de investigação prioritária, quando o Ministério Público quer produzir prioridades à margem das políticas vigentes (o facto de haver um preso preventivo à ordem de um processo obriga os intervenientes a dar-lhe prioridade); c) as condições de detenção de presos preventivos são iguais às dos presos condenados, o que não corresponde à diferença de estatutos; d) condições de detenção arbitradas pela direcção-geral dos serviços prisionais a respeito de cada prisioneiro podem constituir, em si mesmas, perseguições contra uns e privilégios para outros; e) regras burocráticas determinadas para evitar arbitrariedades chocam com os direitos dos presos, como revela o caso da encomenda por mês por cada preso, regra que determinou a recusa de entrega de um livro enviado por um amigo do ex-primeiro-ministro; f) problemas de alimentação, que os presos da cadeia aproveitaram a atenção dos *media* para trazer a público, organizando levantamentos de rancho em que o ex-primeiro ministro participou; g) regras burocráticas kafkianas para aquisição de produtos da cantina ou para ter acesso aos telefones, que o ex-primeiro-ministro estranhou mas que foram instituídas pelo próprio, quando estava em funções.

O actual aumento das notícias sobre violência e mortes nas prisões pode indiciar estar-se a viver, num tempo de redução de despesas e nova grande sobrelotação (depois do pico no final dos anos 90), um novo pico de obituário. Portugal nunca deixou de ter taxas de mortalidade prisional muito altas (o dobro ou mais da média dos países do Conselho da Europa). Com problemas de alimentação, de acesso a medicamentos, de acesso a cuidados de saúde, problemas de violência, tudo situações denunciadas pelos sindicatos de guardas, não se notam movimentações para despistar problemas e evitar as suas consequências. Infelizmente só daqui a alguns anos, como aconteceu em 1997, poderemos vir a saber do que se esteja a passar, hoje em dia, nas cadeias. Sendo certo que nenhum estudo sobre as razões do vergonhoso pico de obituário (5 vezes a média do Conselho da Europa em 1997) foi realizado desde então.

A forte reactividade do estado para impedir diálogos e estigmatizar fontes de denúncias avulsas de casos de prisão, em especial através da conjugação de acções entre a direcção-geral e os sindicatos de guardas, dificulta a acção cívica e jornalística a este respeito. Em Portugal, os dedos de uma mão parecem um oceano para contar associações que canalizam casos de prisão para a opinião pública. O que contrasta com as dezenas de associações que estão no terreno em Espanha. Nas universidades e na formação de juristas e magistrados, os direitos humanos e o direito penitenciário são tabus.

Referência bibliográfica:

Dores, A. P., & Preto, J. (2013). *Segredos das Prisões*. Cascais: RCP edições.

Zimbardo, P. (2007). *The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil*. NY: Random House.